



## AS TÁTICAS E AS RELAÇÕES POLÍTICAS DOS COMUNISTAS CUBANOS NO CONTEXTO DA DITADURA DE FULGENCIO BATISTA, CUBA, 1952-1956

THE TACTICS AND POLITICAL RELATIONS OF THE CUBAN COMMUNISTS IN  
THE CONTEXT OF THE FULGENCY BAPTIST'S DICTATORSHIP, CUBA, 1952-1956

Ana Cecon Calegari\*

**Resumo:** Neste artigo, analisaremos as táticas e as relações políticas do Partido Socialista Popular (PSP), a agrupação que reunia os comunistas cubanos entre os anos de 1952 e 1956, período que corresponde à ditadura de Fulgencio Batista. Utilizando fontes primárias partidárias, investigaremos as representações feitas pelos comunistas acerca do golpe militar que colocou Batista no poder, o assalto aos quartéis de Moncada e Carlos Manuel de Céspedes em 1953 organizado por Fidel Castro e a ação política dos demais partidos e agrupações frente à conjuntura política nacional.

**Palavras-chave:** Partido Socialista Popular, Cuba, Década de 1950.

**Abstract:** In this article, we will analyze the tactics and political relations of the Popular Socialist Party (PSP), the group that reunited the Cuban communists between 1952 and 1956, a period that corresponds to the dictatorship of Fulgencio Batista. Using primary party sources, we will investigate the representations made by the communists about the military coup that put Batista in power, the assault on the quarters of Moncada and Carlos Manuel de Céspedes in 1953 organized by Fidel Castro and the political action of the other parties and groups against the political national conjuncture.

**Keywords:** Popular Socialist Party, Cuba, 1950s.

---

\* Graduada e mestra em História. Atualmente é discente do Doutorado em História na Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisadora da cultura e das relações políticas dos comunistas cubanos entre as décadas de 1950 e 1960. E-mail: anapccalegari@gmail.com



## Introdução

Este artigo se insere no campo dos estudos da nova história política, cuja pretensão, dentre outros anseios, é estudar “as constelações históricas em torno das quais novas racionalidades políticas e sociais se organizam, [como as] representações da vida pública sofrem mudanças decorrentes da transformação das instituições e das formas de relacionamento e controle social” (ROSANVALLON, 2010, p. 44). A fim de contribuirmos com estes debates, investigaremos a trajetória dos comunistas cubanos reunidos no Partido Socialista Popular (PSP) entre os anos de 1952 e 1956. Acionaremos, como destacado por Pierre Rosanvallon, as representações feitas pelo PSP da conjuntura e de seus atores sociais para entendermos as relações políticas estabelecidas e as táticas adotadas pelo Partido.

Como apontou Pierre Bourdieu (1989), o campo da política é o lugar onde se gera a concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos. Neste sentido, os partidos carregam consigo boa parte da confecção dos programas, táticas e acordos que são travados dentro do campo. São escassos os estudos na historiografia brasileira e latino-americana que se preocuparam em analisar as relações políticas no contexto da ditadura de Fulgencio Batista indo além da trajetória do Movimento 26 de Julho.<sup>1</sup> Ainda mais raro são as investigações que partem da perspectiva dos comunistas cubanos sobre o desenrolar daquele processo histórico, de modo que este trabalho pretende colocar em debate as problemáticas vinculadas ao Partido Socialista Popular, dentro do campo da política, que se passaram no supracitado período. Usaremos os documentos publicados pelo PSP que se encontram no Instituto de História de Cuba (IHC), no fundo *Primeros Partidos*, especificamente o folheto *Carta Semanal*, nas edições entre os anos de 1953 e 1956, o jornal *Notícias de Hoy* dos anos de 1952 e 1953 e documentos e comunicados oficiais feitos pelo Partido naquela temporalidade. Esta documentação foi fotografada no IHC em viagem realizada pela autora em dezembro de 2015 e parte dela já estava digitalizada e foi disponibilizada pelos funcionários daquela instituição. Após leitura da documentação,

---

<sup>1</sup> Grupo armado chefiado por Fidel Castro que surgiu após o ataque, realizado em 26 de julho de 1953, à dois quartéis militares na província de Oriente (Cuba). Mesmo com o fracasso da ação, posterior prisão e exílio, o movimento manteve a perspectiva da luta armada para combater a ditadura de Fulgencio Batista e, para isso, desenvolveu uma guerra de guerrilhas na região da *Sierra Maestra* entre os anos de 1957 e 1958, que levou a queda do ditador.



investigamos a inserção de seus conteúdos no contexto de emergência em que foram produzidos e buscamos entendê-los também pensando nos interlocutores daquelas mensagens.

O Partido Socialista Popular surgiu no ano de 1925 com o nome de Partido Comunista de Cuba e esteve vinculado com diretrizes da Terceira Internacional<sup>2</sup> e com a União Soviética desde seu nascimento. De sua fundação até o ano de 1938, os comunistas estiveram na ilegalidade. Somente no contexto da Segunda República cubana (1940-1952)<sup>3</sup> foi que o Partido pôde atuar na legalidade e participar da vida política nacional junto às demais agremiações por meio dos pleitos eleitorais, coalizões, divulgação de suas ideias na imprensa e atuou nos meios trabalhistas, sendo responsável direto pela fundação da Confederação dos Trabalhadores Cubanos (CTC), que reunia sindicatos de diversas categorias e que se tornou a principal agrupação sindical do país. Na década de 1940, foram eleitos pelo voto direto três presidentes. Em 1940, Fulgencio Batista era o candidato presidencial da Coalizão Socialista Democrática (CSD), integrada pelo Partido *Unión Revolucionaria Comunista* (que em 1944 se tornou o PSP) e que saiu vitoriosa no pleito.<sup>4</sup> Nos anos seguintes, os comunistas atuaram ao lado de Batista e dois importantes membros do Partido, Juan Marinello e Carlos Rafael Rodríguez, foram ministros sem pasta daquela gestão.

Nas eleições de 1944, o representante do Partido Revolucionário Cubano (PRC-A), também conhecido como Partido Autêntico ou autênticos, Ramón Grau San Martín, foi eleito presidente do país, derrotando o candidato governista Carlos Saladrigas Zayas da Coalizão Socialista Democrática, composta novamente pelos comunistas (agora já agrupados no Partido Socialista Popular). Logo após o pleito, o PSP declarou respaldo às medidas progressistas que o novo presidente viesse a tomar e não assumiu uma postura oposicionista a ele até o ano de

---

<sup>2</sup> O termo refere-se aos vários movimentos comunistas a nível internacional. A partir da Revolução Russa iniciou-se a etapa da III Internacional ou *Comintern*, cujo objetivo era criar uma União Mundial das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

<sup>3</sup> A Segunda República corresponde ao período entre a promulgação da constituição de 1940 e o golpe militar de Fulgencio Batista em 1952. Foi uma época de normalidade democrática, com eleições periódicas e liberdades individuais e de imprensa.

<sup>4</sup> No ano de 1937, o governo chefiado por Fulgencio Batista, que comandava a política nacional desde 1934, permitiu a inscrição dos partidos no Tribunal Superior Eleitoral. Como o Partido Comunista de Cuba não recebeu a citada permissão, os comunistas decidiram criar o Partido União Revolucionária. No ano seguinte, o PCC conseguiu o registro eleitoral e ambas as instituições existiram paralelamente até a unificação delas no Partido União Revolucionária Comunista (PURC). E 1944, a insígnia PURC foi substituída pelo Partido Socialista Popular (PSP). De acordo com documentação primária, a troca se deveu às mudanças pelas quais o Partido havia passado e à necessidade de fazer a população compreender a nova realidade e o projeto dos comunistas (Ver: Roca, Blas. El cambio de nombre. Revista Fundamentos, nº 30, febrero de 1944). Algumas obras historiográficas alegam que aquela foi um forma de tentar desvincular o nome do Partido com o de Batista, que havia sido apoiado pelos comunistas durante o período presidencial de 1940-1944.



1947, quando oficialmente deixou de apoiar Grau San Martín e os autênticos. O principal motivo que desencadeou tal ruptura foi a interferência de Grau e de seu ministro do trabalho, Carlos Prío Socarrás, nas eleições para a direção da Confederação dos Trabalhadores Cubanos (CTC), que fez com que os comunistas perdessem a liderança da organização em detrimento de Eusebio Mujal, líder sindical vinculado aos autênticos. Já na conjuntura de eleição de Carlos Prío Socarrás em 1948, também do PRC-Autêntico, os comunistas enviaram chamados aos partidos Ortodoxo, Liberal e Democrata para criarem uma coalizão, mas não receberam respostas positivas. Foram sozinhos ao pleito, lançaram o presidente do Partido, Juan Marinello, como candidato e alcançaram a quinta e última colocação nas eleições, ficando atrás, inclusive, de Eduardo Chibás, candidato do recém-fundado Partido do Povo Cubano (PPC-O), também chamado de Partido Ortodoxo ou apenas ortodoxos.<sup>5</sup>

Desde os anos 1930, o PSP adotava a tática de frente única de massas, que previa a união dos camponeses e obreiros (entendidos na literatura partidária como trabalhadores industriais), pequena burguesia e grande burguesia nacional, os quais, na perspectiva dos comunistas, seriam dirigidos pelo Partido e derrubariam o governo por meio de passeatas, greves e pressão popular com o objetivo final de instalar um regime socialista na ilha. Com base nesta percepção, os socialistas populares se focaram na busca de apoio dos partidos políticos, indicando o caminho de unidade de massas que deveriam seguir. Apesar do sucesso eleitoral de suas coalizões em algumas ocasiões, percebemos que nos anos 1940, os comunistas ficaram cada vez mais isolados politicamente uma vez que as alianças eleitorais se tornaram mais difíceis de serem firmadas.

Foi no quadriênio da presidência de Carlos Prío Socarrás (1948-1952) que a situação ficou mais complicada. A rádio *Mil Diez* que pertencia ao Partido e era um de seus principais meios de comunicação foi fechada em maio de 1948 e em agosto de 1950 a sede do jornal *Noticias de Hoy* foi destruída, sendo que o jornal só voltou a ser impresso depois de um ano. As prisões e assassinatos de socialistas populares também marcaram aquela época, com destaque para a perseguição aos líderes sindicais mortos por forças policiais, como é o caso dos assassinatos de Jesús Menéndez e Amancio Rodríguez, líderes obreiros dos sindicatos

---

<sup>5</sup> O Partido do Povo Cubano ou Partido Ortodoxo foi criado por Eduardo Chibás após desentendimentos no seio dos autênticos no ano de 1947. Desde sua fundação reuniu boa parte da esquerda do PRC e de outros partidos cujos membros migraram para o PPC atraídos pelo discurso de Chibás de denúncia e combate à corrupção, independência econômica em relação ao capital estrangeiro e proteção da economia nacional. Se auto intitulavam como ortodoxos para marcar a diferença que possuíam com os autênticos, cujos representantes (Grau e Prío) haviam frustrado as expectativas de combate à corrupção e às atividades dos gangsteres em suas gestões.



açucareiros, e Aracelio Iglesias, vinculado ao sindicato dos trabalhadores portuários. Em maio de 1949 foi restabelecido o Serviço de Inteligência Militar (SIM), órgão responsável pelo combate de atividades consideradas “subversivas” e o principal meio de repressão aos membros do PSP.<sup>6</sup>

O cenário internacional também era bem crítico para o movimento comunista. A Guerra Fria, o macartismo<sup>7</sup> e a doutrina Truman<sup>8</sup> motivaram perseguições contra os PC’s em toda a América Latina. Naquela conjuntura, a situação insular era mais complicada porque os cubanos possuíam relações políticas e econômicas com os Estados Unidos bastante consolidadas. Os norte-americanos eram responsáveis pela compra de 80% do açúcar da ilha, o que correspondia à 30% do Produto Interno Bruto. As importações que vinham dos EUA se aproximavam dos 70% de tudo que entrava no país (MONIZ BANDEIRA, 2009, p. 250). Além disso, os governos autênticos, e antes deles o presidente Batista, mantiveram relações políticas bem próximas com os estadunidenses, ao passo que os comunistas naquela mesma época já possuíam um discurso anti-imperialista e de condenação à ingerência política e econômica norte-americana em Cuba. Estes dados indicam uma proximidade bem singular entre Cuba e os EUA, que irá se aprofundar durante a década de 1950 com o apoio norte-americano à ditadura cubana.

### Os comunistas na conjuntura ditatorial

A conjuntura em que ocorreu o golpe era de enorme polarização política, pois os partidos estavam se organizando e realizando entrevistas entre as lideranças para as eleições presidenciais que aconteceriam em junho de 1952. O cenário que se desenhava indicava a vitória do candidato do Partido do Povo Cubano (PPC-O), Roberto Agramonte. Nos primeiros meses daquele ano, o PSP enviou cartas aos ortodoxos na tentativa de realizar uma coalizão, mas diante do silêncio do PPC-O, decidiram apoiar Agramonte mesmo sem um acordo oficial e chamaram as massas socialistas populares para votar nele. O general Fulgencio Batista era o candidato do PAU (*Partido Acción Unitária*) e no pleito também concorria ao cargo de presidente, Carlos Hevia do Partido Revolucionário Cubano (PRC-A).

<sup>6</sup> De acordo com dados de Marilú Uralde Cancic (2009, p. 22), o SIM havia sido criado em 1934 com o objetivo de informar ao exército questões relacionadas à segurança do Estado e das instituições públicas. Com tempo, estendeu a vigilância para a população civil e serviu desde então como órgão de informação para as forças armadas.

<sup>7</sup> Concepção política, personificada pelo senador norte-americano McCarthy, de que o comunismo era um problema de segurança nacional e não somente uma ameaça externa, de modo que a “caça às bruxas,” quer dizer o combate ao comunismo, se daria internamente e não apenas no plano internacional (Ayerbe, 2002, p. 83).

<sup>8</sup> Conjunto de medidas promovidas pelo presidente dos Estados Unidos logo após a Segunda Guerra que tinha como objetivo fundamental impedir o avanço do comunismo.



Na madrugada do dia 10 de março, o acampamento militar de Columbia, em Havana, foi tomado por tropas do exército lideradas por Fulgencio Batista, que logo recebeu a adesão da marinha e da polícia. De lá, enviaram as duas primeiras medidas do regime: suspensão das garantias constitucionais e dissolução do congresso. A partir daí, a tomada efetiva do poder ocorreu sem muitas resistências: Carlos Prío abandonou o palácio presidencial e saiu da ilha naquele mesmo mês, as forças armadas se mantiveram aquarteladas em Columbia e apenas uma parte da sociedade civil e dos partidos se voltou para a condenação do ato. O novo governo formulou um Estatuto jurídico em abril de 1952 que substituiu a Constituição de 1940 e, através dele, transferiu os poderes legislativos e executivos ao Conselho de Ministros, cujo presidente era Batista. Também suspendeu o Código Eleitoral de 1943, facultou ao Conselho de Ministros a prerrogativa de alteração do código quantas vezes julgasse conveniente, suspendeu as atividades de todos os partidos, suprimiu o direito à greve e restabeleceu a pena de morte. O general Batista criou um Conselho Consultivo composto por 52 membros que deveriam o auxiliar na gestão do país.<sup>9</sup> Posteriormente, o novo governo permitiu a retomada das atividades legislativas, com a reabertura dos locais de jurisdição e o retorno dos políticos aos cargos que ocupavam mediante o juramento ao Estatuto. A ordem da direção do Partido Socialista Popular foi de que nenhum de seus membros poderia jurar aos Estatutos de Batista, de modo que todas suas cadeiras legislativas foram perdidas com aquela decisão. Isto gerou problemas financeiros internos, pois parte dos ingressos do PSP vinha dos salários de seus filiados que desempenhavam funções executivas e legislativas e, conseqüentemente, os ingressos diminuiriam.

Os comunistas se opuseram imediatamente ao golpe militar denunciando a suspensão da Constituição de 1940, a ingerência dos Estados Unidos naquela tomada de poder e indicando os riscos que a democracia sofria. Diziam que o governo de Batista não representava nada de novo, que se tratava de “uma substituição de homens, porém não de procedimentos” (PSP, 12/3/1952, p.1). Imediatamente, o Partido se mobilizou para criar comitês de frente única que deveriam lutar pelas seguintes demandas: restituição da constituição, respeito às liberdades públicas e celebração de eleições em primeiro de junho como estava previsto antes do golpe. Ainda no ano de 1952, os comunistas escreveram um folheto intitulado “El madrugón de 10 de

---

<sup>9</sup> Um dos membros do conselho era Eusebio Mujal, antigo aliado dos autênticos e desafeto dos comunistas, que havia ajudado o Partido Revolucionário Cubano (PRC-A) a se apoderar da direção da Confederação dos Trabalhadores Cubanos (CTC). Durante todo o período da ditadura, Mujal esteve na direção da CTC e ao lado de Batista, e só saiu de Cuba em janeiro de 1959 após a vitória da Revolução.



marzo, sus orígenes, sus objetivos y sus perspectivas,” em que destacaram as demandas partidárias para finalizar a crise política iniciada com o golpe de estado. Defendiam, além do que já foi citado, o respeito às prerrogativas do poder legislativo, a dissolução das organizações de gangsteres e a prisão dos gangsteres, a democracia sindical e o afastamento das direções de sindicatos que haviam sido impostas pelo governo, assim como a restituição do direito de greve e a autonomia municipal. Combateram, durante todo o período desta investigação, o Plano Truslow<sup>10</sup> e as relações econômicas entre a ilha e os Estados Unidos, denunciando todos os acordos que consideravam desvantajosos para Cuba, como foi o caso da decisão dos norte-americanos de diminuir a compra do açúcar em 1 milhão de toneladas a partir de 1957.<sup>11</sup>

O governo de Batista também esteve atento às ações políticas do Partido. Logo após o golpe, de acordo com Angelina Rojas (2010, p. 18/19), a sede do PSP na cidade de Santa Clara foi assaltada, alguns dirigentes partidários de várias províncias foram detidos tal como membros do Comitê Executivo nacional do PSP, nomeadamente Edith García Buchaca, Salvador García Agüero e Joaquín Ordoqui e o local onde se produzia o jornal *Noticias de Hoy* foi invadido. Posteriormente, o governo aprovou um decreto-lei contra as atividades comunistas e criou, em 1955, com o apoio da CIA (Central de Inteligência Americana), o Bureau de Repressão às Atividades Comunistas (BRAC), órgão vinculado ao Ministério de Governação responsável pela perseguição aos comunistas.<sup>12</sup> Para os socialistas populares, o fim da ditadura de Batista estava condicionado, naquele momento, à formação de uma frente única nacional que integrasse os partidos de oposição, os camponeses, os obreiros e a pequena burguesia. A fim de acordar esta frente, nos meses após o golpe, o PSP enviou correspondências e publicou no jornal *Noticias de Hoy* chamadas àqueles agentes políticos para que pudessem realizar reuniões com o objetivo de iniciarem as mobilizações responsáveis pela queda do ditador. Mas não obtiveram respostas de nenhum líder partidário.

Quando em junho de 1952, o PPC-O, o PRC-A e a FEU (Federação dos Estudantes Universitários) lançaram conjuntamente manifestos pedindo que Batista entregasse a

<sup>10</sup> Segundo Angelina Rojas (2010, p. 11), o plano consistia numa série de recomendações dadas por investidores estadunidenses sobre a econômica cubana, especialmente sobre as relações patrão-empregados, e dentre as orientações estavam o aumento da facilidade para demitir funcionários, a diminuição salarial, a eliminação de uma série de conquistas obreiras, o estímulo à iniciativa privada e às inversões de capital norte-americano.

<sup>11</sup> Ver: Partido Socialista Popular. **Golpe imperialista a Cuba**. Carta Semanal, nº 145, 25 de maio de 1956, p. 1.

<sup>12</sup> A repressão política também foi feita por grupos paramilitares que tinham uma atuação de longa data dentro de Cuba e eram chamados de gangsteres. Na época de Batista, grupos liderados por Rolando Mansferrer, Martín Díaz Tamayo, Rafael Salas Cañizares, Esteban Ventura, dentre outros, foram responsáveis pela tortura e assassinato de diversos grupos contrários ao regime e, em troca, recebiam favores e dinheiro do governo.



presidência e que se formasse um governo neutro, os comunistas acusaram o caráter reacionário e pró-imperialista daquela ação, alegando que ela estava desvinculada da vontade das massas e era ineficiente para resolver os problemas do país (ROCA, 1952, p. 684). Esta crítica residia no fato de que o PSP não havia sido consultado nem convidado para os acordos travados por aqueles grupos de oposição. Então, os comunistas passaram a denunciar o caráter burguês e pequeno burguês de tais agrupações, diziam que o comportamento político delas era limitado por causa de interesses de classe e eram estes interesses que motivavam a exclusão dos comunistas e das massas dos acordos realizados. Durante aquele ano ainda, tentativas de formação de um governo neutro foram levadas a cabo por Cosme de la Torriente<sup>13</sup> e por alguns órgãos de imprensa,<sup>14</sup> que passaram a mobilizar a oposição em favor de uma coalizão de partidos que deveria sentar-se com Batista e chegar a uma solução para a crise política. Em todas estas ocasiões, o PSP não foi consultado e, em seus meios de imprensa, denunciou as iniciativas que pretendiam colocar numa mesa de negociação o governo e a oposição, sempre ressaltando que aquele ato estava dissociado dos anseios populares.

O golpe de estado não foi responsável pela mudança da tática partidária, mas acentuou os discursos dos socialistas populares em torno da eficiência da frente única para tirar Batista do poder. Nos primeiros momentos da ditadura, os comunistas condenaram qualquer ação que não fosse a formação de uma frente, inclusive a insurreição armada e o putsch, e todos os acordos e conversas dos quais eles não foram chamados a participar. Pode-se dizer que o Partido buscava uma saída democrática para aquela situação e, por isso, defenderam até o ano de 1956 a realização de eleições gerais e livres e táticas pacíficas de combate ao governo. Esta ideia se relaciona diretamente com a perspectiva de que a revolução se desenvolveria em duas etapas: a primeira de libertação nacional, quando a dependência cubana do capital e mercado estadunidense seria eliminada e a ilha alcançaria sua independência política e diplomática. Nesta etapa, os comunistas aceitavam a aliança com a classe burguesa e com os grandes proprietários de terras, caso tais grupos fossem considerados progressistas e estivessem de acordo com as propostas políticas do Partido. Essa primeira etapa se realizaria nos marcos do sistema democrático, quando o Partido e o proletariado, atuando dentro das esferas de poder,

<sup>13</sup> Torriente participou da guerra de independência de Cuba de 1895 e iniciou sua carreira política no início do período republicano. Nos anos 1940, criou a *Sociedad de amigos de la República*, organização cívica que, inicialmente, buscava aconselhar os presidentes do país, colocando-se como mediadora entre o governo e a oposição.

<sup>14</sup> Participaram da mobilização para a formação do *Bloque de la prensa* os jornais *Diario de la Marina*, *El Mundo*, *Información* e *Carteles*.



iniciariam as transformações sociais através da promulgação de leis, como, por exemplo, a reforma agrária e nacionalização das empresas estrangeiras. Também caberia a este momento o trabalho de conscientização das massas, que deveriam tomar o poder após um período de “amadurecimento” teórico e entendimento de seu papel de protagonistas da revolução.

A segunda etapa seria marcada pelo aprofundamento das reformas políticas com a pretensão de acabar com classes sociais e sociabilizar os meios de produção. Por causa desta visão “etapista” do processo revolucionário, os comunistas tentaram se aproximar dos mais diversos grupos políticos que existiam na ilha desde a década de 1940 até o final da ditadura de Batista. Achavam que as alianças políticas podiam ser realizadas se houvesse um programa comum entre eles. Por esse motivo, estiveram durante os anos de 1952 e 1956 buscando apoio interno com os grupos opositoristas dentro da ilha para que pudessem derrubar Batista e iniciar a primeira etapa do processo. Entretanto, diversos acontecimentos condicionaram o comportamento partidário e colocaram desafios à sua atuação e à sua perspectiva teórica. Um destes eventos aconteceu na província de Oriente, quando grupos tentaram invadir dois quartéis militares e iniciar um movimento armado para derrubar a ditadura, colocando para os comunistas mais um desafio quanto à questão tática com o qual teriam que lidar.

### **As considerações sobre o assalto ao quartel de Moncada e Carlos Manuel de Céspedes**

Os assaltos aos quartéis de Moncada (o segundo maior do país na década de 1950), na cidade de Santiago de Cuba, e de Carlos Manuel de Céspedes, em Bayamo, ambos localizados na antiga província de Oriente, tinham como objetivo se apossar das armas que estavam naqueles locais. Se a ação tivesse êxito, a população seria chamada para iniciar um levantamento armado que derrubaria a ditadura e, se as massas não respondessem ao chamado, os rebeldes iniciariam uma guerrilha armada na região. Mas o planejamento feito por Fidel Castro Ruz, a principal liderança dos assaltos ao lado de seu irmão Raul Castro, falhou completamente antes mesmo que os militantes conseguissem chegar aos quartéis. Em Bayamo, os assaltantes foram surpreendidos pelo exército quando se aproximavam do quartel. Em Santiago de Cuba, duas tropas foram deslocadas para perto de Moncada. Uma se dirigiu para o Palácio de Justiça, sob a chefia de Raul Castro, e outra, comandada por Abel Santamaria, para o hospital militar com o objetivo de dar cobertura a uma terceira tropa comanda por Fidel Castro que iria atacar Moncada contando com a guarnição de Raul e Santamaria. Antes que Fidel pudesse chegar ao quartel, ele foi surpreendido por um grupo do exército que iniciou uma troca



de tiros com carro que o levava e o mesmo aconteceu quando Abel tentava invadir o hospital. As tropas rebeldes que conseguiram escapar aos disparos, se dispersaram pelos arredores de Santiago e muitos militantes foram capturados posteriormente. O fracasso da ação desencadeou uma violenta repressão contra os envolvidos. Foram mais de 70 mortos e centenas de presos.

Os assaltos aos quartéis geraram reações imediatas da ditadura contra os comunistas. A primeira delas foi a ilegalização do Partido em novembro de 1953, cujas atividades já estavam suspensas desde o golpe. Alegando a participação dos membros do PSP nas ações, várias prisões dos líderes partidários foram realizadas, dentre elas a do presidente do Partido Juan Marinello, o secretário geral Blas Roca e membros de sua direção como Aníbal Escalante, Joaquín Ordoqui, Antonio Perez, José Antonio Cabrera e Armando Dias. O jornal *Notícias de Hoy* foi suspenso, bem como a revista *Mella*, órgão da Juventude Socialista. A revista teórica do Partido, chamada *Fundamentos*, que possuía periodicidade mensal desde abril de 1941, também teve sua tiragem interrompida. Após onze anos saindo regularmente, apenas vinte edições de *Fundamentos* foram publicadas durante os anos da ditadura.<sup>15</sup> Os locais do Partido em várias províncias foram depredados, inclusive a maquinaria usada para imprimir o *Hoy* foi destruída. Após o fechamento deste jornal, os comunistas passaram a publicar a *Carta Semanal*, um folheto que teve oito páginas e sessões fixas como o panorama político, notícias internacionais e vida sindical.<sup>16</sup> A *Carta* foi uma das formas de ação política do PSP no contexto da ditadura e nela foram publicadas denúncias contra as prisões, torturas e assassinatos praticados pelo regime, perseguições dentro dos sindicatos e aos trabalhadores e todos os controles às liberdades civis e de imprensa. Após os assaltos, ocorreu também uma descentralização das atividades que se concentravam em Havana. Cada comitê provincial (CP) ou municipal (CM) do PSP passou a publicar seus próprios jornais ou revistas. Pelo CP de Havana saiu *Vanguardia*, por Las Villas, *El militante* e por Oriente, *El forjador*.

Logo após os eventos de Oriente, as análises partidárias não recaíram nas problematizações daquela ação, mas na condenação do ato e dos efeitos dele para a vida do Partido. Os comunistas já condenavam o putsch e as insurreições armadas antes das atividades de Fidel Castro e de seu grupo. E quando a ação armada aconteceu, o PSP publicou várias

<sup>15</sup> *Notícias de Hoy* existiu até julho de 1953 e *Fundamentos* foi publicada até 1957 na conjuntura ditatorial. Somente após a vitória da Revolução em 1959, o jornal *Notícias de Hoy* voltou a ser publicado e saiu até 1965 quando se juntou ao jornal *Revolución* para dar origem ao *Granma*.

<sup>16</sup> A *Carta Semanal* teve uma primeira época, saindo durante todo o ano de 1951. Após 1959, os comunistas continuaram publicando-a até 1960.



notícias e comentários na *Carta Semanal*, nos quais afirmou sua desvinculação àqueles acontecimentos. Fizeram isso insistentemente a fim de convencer a opinião pública de que não estavam de acordo com aquela tática, mas principalmente para contradizer o discurso de Batista de que haviam sido os comunistas os responsáveis pelos assaltos. Um documento importante para entender a perspectiva partidária sobre os eventos foi publicado na revista *Fundamentos* em maio de 1954 e nele há a seguinte reflexão sobre o caráter classista da ação:

Está bem estabelecido que nosso partido não só não teve arte nem parte nos sucessos orientais, mas que é oposto a estas táticas burgueses-putchistas, por serem falsas, por se produzir fora das massas, por atrapalhar a luta de massas, que em definitiva é a única que pode, em seu necessário desenvolvimento, levada até as formas mais altas e combativas, alcançar a vitória contra a reação e o imperialismo (DÍAZ, 1954, p.112).

Na concepção do Partido, se um grupo chegasse ao poder, qualquer que fosse ele, com base na vitória de uma tática desvinculada das massas, o governo estabelecido não atenderia as necessidades da população, de modo que em toda literatura partidária há a condenação da exclusão da população das ações políticas. Neste mesmo documento, o autor destacou a impossibilidade de derrubar o regime através de uma invasão armada ou de ações “isoladas.” Dizia também que as atividades armadas dariam justificativa para o governo repreender com mais violência os grupos de oposição e os cidadãos, além de considerar que aquele tipo de ação desmobilizava a luta de massas como se vê na seguinte passagem:

A estéril e equivocada – não obstante os bons propósitos que puderam alentar seus autores – intencional, que teve por ponto culminante o assalto dos quartéis de Santiago de Cuba e Bayamo e que fora derrotada facilmente pela maquinaria militar do regime de fato, serviu a este de oportuno pretexto para varrer a escassa legalidade democrática subsistente na ocasião e para dar fortes golpes ao movimento democrático de massas, que naqueles momentos crescia e ameaçava seriamente transtornar todos os planos do governo. (DÍAZ, 1954, p. 111)

Destaca-se que a ação havia sido um equívoco, uma aventura, apesar das boas intenções dos envolvidos no assalto. Novamente, a consideração sobre a tática aparece e é comum encontrar na documentação do Partido a associação mecânica entre a derrota de uma atividade política, como os assaltos aos quartéis ou os acordos dentro da oposição, à escolha equivocada da tática, sem nenhuma problematização da conjuntura em que se deram os fatos. Em outubro



de 1953, 26 envolvidos nos sucessos orientais foram julgados e sentenciados à prisão, sendo a pena de Fidel Castro de 15 anos e de Raul de 16 anos. Quando souberam das sentenças proferidos pelo tribunal de Santiago de Cuba, os comunistas saíram em defesa dos condenados, apesar de continuarem não concordando com a luta armada tal como foi em Moncada:

O juízo e a sentença demonstram que o assalto aos quartéis de Santiago de Cuba e Bayamo foi uma honesta tentativa, porém absurda, de encontrar uma saída a atual situação que padece Cuba. Estes jovens atuaram movidos, principalmente, por aspirações democráticas legítimas. O fizeram com valor e ofereceram suas vidas. Não eram os magarefe, mercenários e desalmados que se quis apresentar, desde os primeiros momentos, na propaganda do governo (PSP, 20/10/53, p. 1).

Na passagem acima, os assaltantes são apresentados como jovens que buscavam uma saída imediata e “desesperada” para crise política. O uso de adjetivos como aquele era uma forma de destacar a inexperiência política dos “moncadistas,” se contrapondo com a longa experiência do PSP que, em 1953, completava 28 anos de existência e boa parte de suas lideranças havia ingressado nos anos 1930 no Partido, contando, naquela ocasião, com aproximadamente 15 anos de militância. As representações dos assaltantes que se reuniram em torno de Fidel Castro também incluíam palavras como limpeza moral e honradez. Apesar das considerações sobre a inexperiência dos assaltantes, em nenhum momento o PSP os desqualificou como fez com outros personagens e grupos políticos, como veremos na sequência. Outra questão importante é o fato de que os comunistas e os “moncadistas” não possuíam relações políticas entre os anos da prisão de Castro, quer dizer, os militantes de ambos os grupos não estabeleceram contato, realizaram entrevistas ou trocaram correspondências. A troca de impressão entre eles se dava pelas notas publicadas na imprensa e pelos comentários políticos feitos sobre Castro nos meios de comunicação partidário. Não obstante à condenação, Fidel e outros assaltantes foram postos em liberdade em maio de 1955, após uma campanha pela libertação dos presos políticos. Durante os anos de reclusão dos “moncadistas,” os comunistas publicaram na *Carta Semanal* diversos pedidos de soltura dos presos “políticos e sociais,” incluindo nos pedidos de liberdade os trabalhadores e camponeses que estavam reclusos por causa de conflitos e da repressão patronal. O PSP também criou comitês pela liberdade dos presos a fim de organizar as atividades de pressão política contra o regime. Na ocasião da libertação de Fidel Castro, os socialistas populares comemoraram dizendo:



Nossa saudação e nossa satisfação são maiores ainda, porque – a julgar pelas declarações publicadas – Fidel Castro e seus companheiros saem bem orientados a respeito do que se deve fazer agora contra a tirania: eleições gerais imediatas e a mobilização de massas, isso é, a adoção da sempre justa e correta tática da luta de massas (PSP, 25/5/1955, p. 2).

Como destacou Richard Gott (2006, p. 176), é possível que Castro tenha tido esperanças de atuar dentro de seu antigo partido, o PPC-O, por demandas eleitorais logo depois que saiu da prisão e foi recebido por Raul Chibás, uma das principais lideranças ortodoxas naquela conjuntura. Entretanto, ainda segundo Gott, a direção do PPC-O não fez nenhum esforço para incorporar Fidel em seus planos políticos. Então, Castro optou definitivamente pela insurreição armada e voou para o México em julho de 1955 para organizar e treinar uma força guerrilheira e retornar à ilha no momento propício. Conforme Angelina Rojas (2010, p. 133), o líder sindical e membro do bureau político do PSP, Lázaro Peña, com a autorização do Partido, se encontrou com a direção do nascente Movimento 26 de julho (M-26-7) no México e tentou se envolver nos preparativos para a expedição que traria os rebeldes de volta à ilha. Contudo, o líder socialista não foi aceito na ação por ser “considerado contraproducente naquele momento à causa da conotada militância comunista do dirigente revolucionário.” Ao que tudo indica, a condição de comunista foi tomada pela direção do M-26-7 como motivo de impedimento da participação de Peña nos eventos organizados em terras astecas. Outro dado interessante foi apresentado por Caridad Massón Sena (2013, p. 247) que descreveu o encontro de Flavio Bravo<sup>17</sup> com Fidel no México, quando o líder comunista pediu calma nos preparativos da expedição para que o desembarque do M-26-7 pudesse ser coordenado com uma greve geral no setor açucareiro que, supostamente, seria organizada por Bravo. Novamente, Castro agiu sem acordo com os comunistas e organizou o traslado desconsiderando os pedidos de Flavio Bravo.

Quando os expedicionários do iate Granma desembarcaram no Oriente, em dezembro de 1956, o Partido publicou chamadas na *Carta Semanal* aos grupos de oposição para que se unissem na defesa das tropas de Castro que haviam sido recebidas pelo exército batistiano e estavam em uma difícil situação, pois grande parte dos expedicionários tinha sido morta na chegada à ilha e os sobreviventes que haviam se dispersado sofriam dura perseguição das forças armadas do regime:

<sup>17</sup> Militante e líder da juventude socialista, um dos responsáveis pela publicação da revista Mella e membro do bureau executivo do PSP desde 1945.



Consideramos nosso dever de opositores e de patriotas colocar todos nossos esforços na tarefa de sujeitar a mão do terror, de defender Fidel Castro e seus companheiros, de conter as arbitrariedades e perseguições do governo que, com tal se sustenta no poder que obteve pela força, está disposto a inundar de sangue a república de um cabo a outro (PSP, 19/12/1956, p.2).

Mesmo defendendo a liberdade Fidel após a condenação ao cárcere, mesmo considerando as boas intenções do “moncadistas” e chamando a oposição para defender o M-26-7 na ocasião do desembarque do Granma, os comunistas não cederam em suas perspectivas táticas à ação de Castro e estiveram empenhados até, pelo menos 1957, em convencer as lideranças armadas de que a insurreição e as guerrilhas não derrubariam a ditadura cubana.

### **Outras oposições táticas e as relações políticas do Partido Socialista Popular**

O Partido Socialista Popular não discordava apenas das táticas armadas e dos putsch, mas de todas as ações políticas que consideravam desvinculadas das aspirações populares. Como dito anteriormente, em 1952, algumas tentativas de formação de uma coalizão dentro da oposição foram levadas a cabo, mas não tiveram sucesso. Contudo, diversas outras iniciativas desta natureza foram empreendidas no contexto da ditadura. Destacam-se as atividades da *Sociedad de Amigos de la República* (SAR), uma organização chefiada por Cosme de la Torriente e José Miró Cardona<sup>18</sup> que, de acordo com Angelina Rojas (2010, p. 121), tinha como objetivo mediar, entre o governo e a oposição, a convocatória de eleições como uma forma de sair da crise política.<sup>19</sup> Quando as ações de Torriente começaram, através de convocações públicas, os socialistas populares animaram-se com a possibilidade de participarem das conversas, mesmo que fosse através da SAR, com os demais chefes opositores. Em comunicado enviado à *Sociedad*, publicado na *Carta Semanal* de 29 de junho de 1955, o PSP saudava a iniciativa de Cosme de la Torriente de reunir a oposição para demandar eleições gerais imediatas e declarava apoio à gestão empreendida. Entretanto, na edição seguinte do folheto, os comunistas mudaram suas perspectivas em relação à SAR, pois, ao contrário do que esperavam, não foram convidados para as reuniões. Consta no documento reivindicativo:

<sup>18</sup> Advogado e político cubano, professor de direito na Universidade de Havana. Cardona foi opositor da ditadura batistiana e atuou na militância pacífica contra o regime. Quando do triunfo da Revolução, se tornou Primeiro Ministro, cargo que ocupou até fevereiro de 1959, quando foi substituído por Fidel Castro.

<sup>19</sup> A SAR era uma instituição cívica criada por Torriente em 1948 com o objetivo de aconselhar a presidência autêntica de Carlos Prío quanto a reformas estatais. Seguiu existindo desde então e desempenhou a função de agregar parte da oposição durante a ditadura.



O PSP falta não por vontade, mas por acordo discriminador adotado pelos senhores da SAR e os dirigentes opositores que acodem a esses conciliábulo, os que de tal maneira obedecem, de uma parte, às exigências antinacionais, de ingerência e antiunitárias de um governo estrangeiro, o dos Estados Unidos, que manda que se persiga aos patriotas que lutamos (PSP, 6/7/1955, p. 1).

A associação entre os dirigentes da SAR e da oposição aos interesses estrangeiros era a causa da exclusão dos comunistas nas reuniões, segundo a opinião do Partido. É comum encontrar na documentação primária a associação entre as ações dos partidos de oposição com as intenções políticas dos Estados Unidos e de sua embaixada em Cuba, pois segundo os comunistas, grande parte dos líderes opositores, mesmo atuando contra Batista, mantinham um discurso político de não colisão com os EUA. Os socialistas populares diziam ainda que a intenção da SAR era realizar um arranjo político que excluía as massas e que tinha como objetivo resolver entre as elites políticas do país aquela situação. Acusavam a *Sociedad* de não desejar uma mudança real da conjuntura, mas apenas uma troca de mandatários, o que não mudaria os problemas econômicos e sociais que o país vivia. Pejorativamente, intitulavam as ações da SAR de ‘composição burguesa’ para ressaltar o caráter classista dos acordos entre os líderes partidários.

Quando a *Sociedad de Amigos de la Republica* convocou um protesto, em novembro de 1955, o PSP o apoiou e chamou seus membros para participar, pois considerava o protesto como uma ação de massas. Logo após o ato realizado em Havana que reuniu líderes de vários partidos da oposição,<sup>20</sup> a *Sociedad* alcançou um de seus objetivos que era a realização de uma entrevista com Fulgencio Batista em dezembro daquele ano. Quando a reunião aconteceu, os comunistas voltaram a criticar Torriente, pois consideravam que o encontro com o ditador minava o protagonismo popular e servia apenas como um arranjo burguês para garantir os interesses dos partidos políticos e do regime<sup>21</sup> e, a partir daquele momento, o PSP se opôs definitivamente às gestões da *Sociedad*. A ação da SAR mostra que em alguns momentos a oposição ao regime esteve unida para protestar publicamente e buscar uma solução pacífica para as tensões políticas

<sup>20</sup> Estavam presentes no ato: Carlos Prío, José Pardo Llada, Manuel Antonio Varona, Amalio Fiallo (Movimiento Revolucionario de Libertación), Raúl Chibas, Grau San Martín, José R. Andreu, José Antonio Echevarría (presidente da FEU), além de Torriente e Cardona.

<sup>21</sup> O historiador cubano Jorge Ibarra Guitart (2000) destacou que o objetivo político da SAR era conter o desenvolvimento de uma luta insurrecional que pudesse ameaçar os interesses de classe daqueles que geriam a *Sociedad*. A busca por uma alternativa pacífica se relaciona, então, com o temor de uma elite burguesa frente a radicalização da luta política que poderia se converter num processo revolucionário.



e também que os comunistas haviam sido excluídos de tais gestões, indicando o isolamento do PSP no cenário nacional.

Outra crítica feita pelos comunistas se dirigia à membros do Partido do Povo Cubano (PPC-O), especialmente à Roberto Agramonte, por causa do isolamento político e do silêncio que guardavam as lideranças ortodoxas diante da conjuntura política.<sup>22</sup> Nas reuniões realizadas pela *Sociedad*, os ortodoxos também não participaram, seguindo a lógica de abstenção das gestões políticas que previam acordos com o regime. A passagem abaixo contém diversas críticas feitas pelos comunistas no que tange à algumas das questões táticas abordadas até aqui:

A despeito da campanha de divisão dos chefes da oposição burguesa e não obstante as táticas falsas que impuseram a seus partidos (quietismo, insurreccionismo, putschismo, eleitoreirismo, etc.), o movimento de massas, impulsionado incansavelmente pelo PSP, cresceu e se desenvolveu não só em torno das demandas econômicas e das demandas específicas imediatas, mas também por demandas políticas cada vez mais orientadas para o caminho de solução da crise [...] (PSP, 4/1/1956, p.2).

Criticavam a insurreição, o putsch e o silêncio da facção ortodoxa agramontista. Quando falam sobre a “divisão dos chefes da oposição” se referiam à dificuldade de unir os grupos opositoristas com os comunistas para a formação de uma frente única. Apesar de tais críticas, o PSP considerava boa parte da oposição como parceira para a formação da frente. Até, ao menos, o ano de 1956, o Partido enviou cartas para os opositores do regime chamando-os para uma ação política conjunta a fim de protestar contra as ações violentas do governo, condenar os crimes cometidos pela polícia de Batista e pedir a libertação dos presos políticos. Os principais interlocutores dos chamados do PSP eram: Ramón Grau San Martín, presidente do PRC inscrito,<sup>23</sup> Pelayo Cuervo, presidente do PPC não inscrito, Antonio Varona, presidente do PRC não inscrito, Emilio Ochoa, presidente do PPC inscrito, José Pardo Llada, presidente do Partido Nacionalista Revolucionário (PNR),<sup>24</sup> Carlos Márquez Sterling, dirigente ortodoxo e Amalio Fiallo, presidente do Movimento de Libertação Radical.<sup>25</sup> Nenhuma destas lideranças

<sup>22</sup> No contexto da ditadura, o PPC se dividiu em três tendências: uma que defendia a participação do partido nas eleições encabeçada por Carlos Márquez Sterling, outra insurrecionalista dirigida por Emilio Ochoa e a abstencionista que apregoava o isolamento político liderada por Roberto Agramonte (DÍAZ & SOSA, 2006, p. 250).

<sup>23</sup> Inscrito significa que o partido se registrou no cartório eleitoral em 1953. Muitos partidos, como os autênticos e os ortodoxos, se dividiram naquela ocasião entre facções que aceitavam e outras que não aceitavam o registro eleitoral para a participação no pleito presidencial que ocorreu no ano seguinte.

<sup>24</sup> O PNR surgiu no seio do Partido Ortodoxo, após descontentamentos de Parda Llada com os demais dirigentes do PPC, que levou consigo parte de seus apoiadores da ortodoxia para o PNR.

<sup>25</sup> Movimento de orientação cristã e assim como o PNR apoiava a via pacífica para a solução da crise.



se esforçou para buscar uma aproximação com os comunistas visto que na *Carta Semanal* encontra-se sempre reclamações acerca do silêncio quanto às iniciativas do PSP. Então, os comunistas passaram a atribuir o prolongamento da ditadura à incapacidade de união da oposição, apesar de que a oposição havia se reunido, porém sem os comunistas:

Se a oposição houvesse se unido, outra seria a atual situação. Isso é o que queremos colocar novamente nas atuais circunstâncias. É necessário que as massas se unam para exigir e conseguir que termine o terror, que cesse o governo e que o país desfrute de liberdades democráticas (PSP, 12/12/1956, p. 2).

Outra postura que foi se transformando ao longo daqueles anos refere-se à realização de eleições. Logo após o golpe, uma demanda levantada pelo PSP era a da realização imediata do pleito que estava previsto para junho de 1952. Mesmo após o descumprimento de tal pretensão, os comunistas se mantiveram firmes em sua petição. Em 1953, o regime batistiano abriu um período de inscrição para os partidos e os comunistas não conseguiram se registrar. Na ocasião se inscreveram os partidos *Acción Unitária*, *Liberal*, o *Partido Revolucionário Cubano* dirigido pelo ex-presidente Grau San Martín,<sup>26</sup> uma facção do *Partido Democrata* e mais uma facção dos Ortodoxos, o *Partido Laborista* comandando por Eusebio Mujal e um partido municipal chefiado por Herminio Portell Vilá. Esta reorganização objetivava abrir caminho para as eleições que aconteceram em novembro de 1954. Na conjuntura em que se deu o pleito, o PSP chamou seus membros para votarem em Ramón Grau San Martín, no que chamaram de voto negativo, por considerarem que naquele momento o melhor a fazer era tirar Batista do poder através da possibilidade aberta pelo próprio regime e destacavam que Grau não era a solução para Cuba, mas, em termos táticos, era um caminho para o retorno da legalidade democrática.<sup>27</sup> O que não esperavam era que Ramón fosse se retirar do pleito um dia antes da votação. De última hora, o Partido tentou comunicar a ordem de abstenção aos seus membros. A opção pelo voto negativo também era uma forma de impedir que Batista usasse o pleito como um verniz de legalidade para seu governo. Diante da ausência de Grau, das fraudes nas votações e da

<sup>26</sup> Neste momento já havia ocorrido uma divisão do PRC que opôs Grau e Carlos Prío, sendo que este havia saído de Cuba e fundado a *Organización Auténtica* (OA), o braço armado do PRC que tentou treitar uma guerrilha no México para voltar à Cuba. A organização foi denunciada e desmantelada pela polícia mexicana sem que pudesse levar a cabo ações armadas dentro da ilha.

<sup>27</sup> “Não temos ilusões com Grau. Sabemos que o governo se prepara para burlar o voto democrático. Ficar em casa, se abster de votar, equivale a deixar o campo livre ao governo reacionário, equivale a permitir que ele use as eleições para se vestir de legalidade, sem o menor protesto do povo” (PSP, 29/9/1954, p. 1).



vitória do general, o que aconteceu foi exatamente o temor dos comunistas: Batista serviu-se das eleições para legitimar o regime ditatorial sob o manto da democracia.

O abandono da opção pelas eleições ocorreu somente em meados de 1956. Neste ano, o general Batista manteve sua pretensão de execução do intitulado Plano Vento, que previa a realização de eleições parciais em 1957 e gerais em novembro de 1958. O PSP foi contrário ao plano, cujo objetivo, na concepção partidária, era dar a impressão de legalidade para a ditadura e prolongar sua existência. Além disso, argumentou que as eleições tinham perdido a validade, pois o regime se perpetuava mediante a realização dela.<sup>28</sup> Nota-se que a reconsideração sobre as formas de luta foi um processo lento que aconteceu dentro do Partido e isto pode ser observado numa matéria publicada na *Carta*, quando o PSP admitiu a possibilidade de adotar a insurreição se a conjuntura fosse favorável:

Porque ambos procedimentos (que são táticos os dois) podem e devem se usar em sucessão, ou um no lugar do outro, ou entre mesclados, de acordo como se produzam as circunstâncias. Pode que em um momento dado a consigna eleitoral deixe de ser a adequada e então passe a primeiro plano a insurreição, ou vice-versa. Porém, seria absurdo se declarar bem partidário do eleitoral somente ou bem partidário da insurreição somente (PSP, 2/5/1956, p. 5).

Percebe-se a vontade do PSP de esclarecer que estava aberto a outras táticas que não somente a frente única para lutar pelo retorno da democracia. Entretanto, foi somente em 1958 que o Partido aceitou a insurreição armada como uma tática válida, num momento em que a guerra de guerrilha já se estava bem desenvolvida na ilha. Antes disso, no assalto ao quartel de Moncada (1953), no desembarque do Granma (1956) e no ataque ao palácio presidencial organizado pela Diretório Revolucionário Estudantil da Universidade de Havana (1957),<sup>29</sup> o PSP apontou que as massas não estavam maduras para a ação armada, insurrecional ou putschista<sup>30</sup> e era esta perspectiva que limitava as possibilidades táticas do Partido.

### A proposta política do Partido Socialista Popular

<sup>28</sup> Ver: Manifesto aos opositores, obreiros e camponeses, ao povo em geral. In: Carta Semanal, 4 de julho de 1956, nº 151, p. 1.

<sup>29</sup> Ação armada que objetivava invadir o Palácio Presidencial em Havana e assassinar Fulgencio Batista em 13 de março de 1957. Os envolvidos conseguiram entrar no local, mas o general escapou. Boa parte dos estudantes morreu na ação, inclusive José Antonio Echevarría, presidente da FEU na ocasião.

<sup>30</sup> “A consigna de insurreição armada só pode se lançar, como consigna de ação, em determinado momento: quando as condições estiverem maduras para isso, desde o ponto de vista da situação do país e da vontade das massas. Por isso, o sistema tático proposto pelo PSP é o correto: uso adequado de todos os recursos táticos conforme as exigências da luta.” (PSP, 15/8/1956, p.5).



Durante a ditadura de Batista, algumas propostas políticas se mantiveram em relação aos anos anteriores e outras foram alteradas. Uma questão defendida pelo PSP antes do golpe e que permaneceu como elemento central de seu projeto político era a formação de um governo de frente democrática nacional, integrado pela classe obreira, os camponeses, a pequena burguesia urbana e os setores da burguesia nacional. Consoante com Caridad Massón Sena (2013, p. 245), a defesa da frente se adequava com a perspectiva do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) de 1956, que reafirmou a política de coexistência pacífica e confirmou a via parlamentar como caminho para alcançar o socialismo. Como dito anteriormente, a trajetória dos comunistas cubanos se vinculava, desde o surgimento do PCC em 1925, com as perspectivas teóricas soviéticas e mesmo após o fim da Internacional Comunista em 1943, continuaram seguindo as diretrizes táticas emanadas dos congressos do PCUS. A opção por uma saída não violenta da crise adotada no contexto da ditadura de Batista se relacionava em grande medida à orientação de coexistência pacífica vinda da URSS.

Outros elementos do projeto político colocados muitas vezes como condição para a realização de acordos eram a reforma agrária, a nacionalização das empresas estrangeiras, o subsídio aos desocupados, a comercialização com os países do campo socialista, o desenvolvimento da produção agrária com vistas às necessidades do mercado nacional, a erradicação da discriminação racial e a plena igualdade de direitos e possibilidades no campo econômico, social e político para negros e brancos, para homens e mulheres, e o restabelecimento da democracia sindical. O discurso anti-imperialista também era parte fundamental da cultura política socialista popular, que previa a ruptura com o capitalismo e com os Estados Unidos. Estas perspectivas serviram como justificativa de afastamento de alguns grupos políticos e empecilho para a formação dos acordos de frente única.

Diante da impossibilidade das eleições e do estabelecimento da Frente, o PSP iniciou suas reconsiderações sobre a tática partidária, quando deu a conhecer a chamada “linha de agosto” em meados de 1956, numa referência ao processo de mobilização que derrubou a ditadura de Gerardo Machado em agosto de 1933 por meio de um levantamento popular e de uma greve geral. Dentre as atividades políticas da “linha de agosto” estavam a intensificação dos protestos, paralisações e greves. Estas ações deveriam ser estimuladas e orientadas dentro dos comitês partidários e nos sindicatos dirigidos por comunistas. Isso representava um deslocamento das iniciativas políticas do PSP que se direcionaram, a partir daquele momento, dos dirigentes partidários para as massas civis e trabalhadores sindicalizados ou não.



As historiadoras cubanas especialistas na história do PSP, Angelina Rojas e Caridad Massón Sena, concordam que os comunistas foram incapazes de pensar em outras formas de luta durante quase toda a ditadura. A conjuntura mudava e o Partido permanecia com a mesma tática. Mesmo com o aumento das perseguições, da ação do BRAC, do SIM e do Bureau de Informação (grupo de investigação responsável por recolher informações sobre atividades contrárias ao regime), prisão e exílio, perda de empregos, o PSP manteve sua confiança na eficiente da Frente Única. Ademais, o anticomunismo afastava e impedia a aproximação de partidos e atores político do Partido Socialista Popular. As causas internas que motivavam o anticomunismo estavam na aliança feita pelos comunistas com Fulgencio Batista nas eleições presidenciais de 1940 e a participação deles na gestão entre 1940 e 1944. Além disso, Eusebio Mujal pertenceu ao Partido nos anos 1930 e, na opinião pública, ele ainda era associado aos comunistas. Parte da imprensa insular também se mobilizava para desacreditar o PSP e em diversas ocasiões os comunistas publicaram respostas à matérias jornalísticas veiculadas por órgãos que os difamavam. A tônica do discurso anticomunista pode ser percebida na seguinte passagem escrita por Fulgencio Batista e publicada no jornal *El mundo*:

O comunismo não é hoje um fator importante na vida política de Cuba. Tampouco é um fator de consequência alguma em nossos sindicatos. Porém, o governo e o que é mais importante, o povo de Cuba, estão sempre alertas e adequadamente preparados para combater, com todas suas energias físicas e morais quaisquer esforços por implantar em Cuba essa causa totalmente antiamericana e antidemocrática (BATISTA, 1953, p. 1).

A acusação do caráter antiamericano da ideologia comunista é uma referência à polarização da Guerra Fria e a um compromisso de Batista com o capitalismo e com o combate ao inimigo internamente. Do mesmo modo, o governo dos Estados Unidos não esteve alheio às atividades desenvolvidas pelo PSP dentro da ilha. Dias após o golpe, o embaixador norte-americano Beaulac remeteu aos EUA notícias de uma reunião que teve com o Ministro do Exterior de Batista, Miguel Angel de la Campa. No encontro, Campa garantia à Beaulac que o regime iria “eliminar as liberdades e privilégios que os comunistas disfrutavam em Cuba” (FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES, 1952). Memorandos como este comprovam a preocupação tanto dos norte-americanos com as atividades comunistas no continente, quanto as perseguições que eram executadas pelos regimes vinculados aos estadunidenses.



### Considerações Finais

O golpe militar de Batista e o ataque ao quartel de Moncada não foram eventos que levaram o PSP a mudar sua tática de luta e, nos documentos analisados, não encontramos nenhum indício de que, entre 1952 e 1956, tenha tido alguma discussão interna sobre uma possível reorientação das atividades do Partido neste sentido. O que se descortina é a controvérsia entre a tática e a situação política. Publicava-se na *Carta Semanal* queixas de que nenhum grupo político havia respondido aos chamados do Partido e, ao mesmo tempo, os comunistas insistiam na tática partidária de frente única, a qual dependia do acordo com os demais grupos políticos. Como visto, as relações políticas do PSP não eram boas, pois o Partido estava bastante isolado no cenário nacional e a ausência nas gestões da SAR é um dos indícios de sua exclusão dos meios políticos. Não conseguiam apoio para suas iniciativas no seio da oposição, nem convites para participarem de reuniões e decisões dos grupos oposicionistas. A Guerra Fria e o anticomunismo serviam como pano de fundo de uma conjuntura complicada e violenta na história dos PC's latino-americanos. Além disso, os comunistas cubanos eram perseguidos pela ditadura, que criou um órgão específico para reprimi-los e eram observados de perto pela embaixada dos Estados Unidos. Todos estes fatores não foram suficientes para que os socialistas populares transformassem sua atuação política, pois o imobilismo e a visão dogmática impediram o abandono da tática de frente única até o final de 1956.

### Referências bibliográficas

- AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- BATISTA, Fulgencio. **Imposible que el comunismo venza en Cuba**. Disponível em: <http://www.latinamericanstudies.org/1953/El-Mundo-12-20-1953-1.pdf>. Acesso em: 29/01/2018.
- BLAQUIER, Angelina Rojas. **Historia del primer partido comunista de Cuba**. Tomo III. Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2010.
- CANCIC, Marilú Uralde. **Acionar de las fuerzas repressivas de Batista ante la lucha revolucionaria (1952-1958)**. Revista Caliban, abril-junho, 2009.
- DIAZ, A. **Balanço das atividades da direção nacional do partido desde o 26 de julho até a data e nossa luta pela solução democrática da crise cubana**. Revista Fundamentos, nº 138, maio de 1954.



DÍAZ, Dina Martínez; Sosa, Miriam Fernández. **La actuación de los partidos políticos como reflejo de la crisis de la sociedad cubana, 1944-1958.** Tebeto: Anuario del Archivo Histórico Insular de Fuerteventura, ISSN 1134-430X, Nº. 11, 1998.

ESCALANTE, Aníbal. **Notas do diretor.** A perspectiva e a via. Notícias de Hoy, nº 62, Ano XV, quarta, 12 de março de 1952.

FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES, **Memorandum of Conversation, by the Ambassador in Cuba (Beaulac), March 22, 1952.** Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1952-54v04/d326>. Acesso em: 29/01/2018.

GOTT, Richard. **Cuba: uma nova história.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GUITART, Jorge R. Ibarra. **La crisis de los partidos políticos en Cuba (1955-1958) y la Sociedad de Amigos de la República.** Revista Temas, nº 22, julio-diciembre, 2000.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PARTIDO SOCIALISTA POPULAR. **A todos os militantes, filiados e simpatizantes do PSP. A todos os trabalhadores, a todo o povo.** Carta Semanal, 29 de setembro de 1954.

PARTIDO SOCIALISTA POPULAR. **Carta del PSP.** Carta Semanal, nº 175, 19 de dezembro de 1956.

PARTIDO SOCIALISTA POPULAR. **Chamado: Unamo-nos e venceremos.** Carta Semanal, nº 174, 12 de dezembro de 1956.

PARTIDO SOCIALISTA POPULAR. **Comentario al margen de una derrota del gobierno.** Carta Semanal, nº 10, 20 de outubro de 1953.

PARTIDO SOCIALISTA POPULAR. **Declaraciones: El PSP e las reuniones de la SAR.** Carta Semanal, nº 99, 6 de julho de 1955.

PARTIDO SOCIALISTA POPULAR. **El ‘madrugón’ del 10 de marzo, sus orígenes, sus objetivos e sus perspectivas.** Resolução da Comissão Executiva Nacional do PSP. Documentos do PSP. Frente única de Massas para Salvar a Cuba, 1952.

PARTIDO SOCIALISTA POPULAR. **Nuestro saludo a Fidel Castro y a todos los presos políticos libertados.** Carta semanal, nº 93, 25 de maio de 55.

PARTIDO SOCIALISTA POPULAR. **Panorama Político.** Carta Semanal, nº 125, 4 de janeiro de 1956.

PARTIDO SOCIALISTA POPULAR. **Panorama Político.** Carta Semanal, nº 157, 15 de agosto de 1956.



PARTIDO SOCIALISTA POPULAR. **Panorama Político**. Carta Semanal, nº 142, 2 de maio 1956.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

ROCA, Blas. **La lucha en el PPC por un pacto con los auténticos y la necesidad del Frente Único**. Revista Fundamentos, nº 125, Agosto de 1952.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.

SENA. Caridad Massón. **Los comunistas cubanos y las luchas por el poder en los años 50**. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, vol. 7, nº 2, 2013.